

OSCE and the Council of Europe, when aimed against the violation of human rights, racism, intolerance, ultra-nationalism and xenophobia, in any of its forms.

Article 14

The Parties shall co-operate and co-ordinate their efforts within the framework of UN and OSCE in the peaceful settlement of disputes and conflict prevention or resolution.

Article 15

The Parties reaffirm their interest in co-operating within the OSCE framework, with the objective of consolidating peace, stability, safety and progress among all member States.

Article 16

The Parties shall develop their co-operation within the framework of the Council of Europe, with the purpose of strengthening the role of this Pan-European organisation, safeguarding and realising generally recognised European values, especially the principles of democracy, the rule of law and the protection of human rights.

Article 17

The Parties shall co-operate in the strengthening of international arms control regimes and in the prevention of the proliferation of weapons of mass destruction.

Article 18

Portugal shall support the development of a closer co-operation between the European Union and Ukraine, particularly within the Partnership and Co-operation Agreement, the EU Common Strategy on Ukraine and the work programs for its implementation, recognising that the fulfilment of the potentialities enshrined in these instruments will also facilitate Ukraine's further rapprochement with the European Union.

Article 19

The Parties recognise that the development and consolidation of democratic reforms presently undertaken in Ukraine are an essential element in the construction of a more united Europe.

Article 20

The Parties shall develop and update, when appropriate, the legal framework of their bilateral relationship so as to ensure its full compliance with the objectives of this Agreement.

Article 21

The provisions of this Agreement shall not affect obligations entered upon by Portugal and Ukraine under other international instruments.

Article 22

This Agreement is valid for a period of ten years, being automatically renewed for successive five year periods, unless denounced in writing by one of the Parties, one year prior to the end of the aforesaid term.

Article 23

This Agreement shall become, legally binding thirty days after the reception of the final instrument of notification in compliance with each country's constitutionally established procedures for the entering into force of international agreements.

Done in Lisbon, on October 25th, 2000, in the Ukrainian, Portuguese and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation the English version shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Ukraine:



Resolução da Assembleia da República n.º 10/2002

Aprova, para ratificação, a Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Moscovo em 29 de Maio de 2000.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Moscovo em 29 de Maio de 2000, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, russa e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*).

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia, desejando concluir uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contra-

tantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, e os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, nomeadamente:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e
- iii) A derrama;

a seguir referidos pela designação «imposto português»;

b) Relativamente à Federação da Rússia:

- i) O imposto sobre os lucros de empresas e organizações;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares;

a seguir referidos pela designação «imposto russo».

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a crescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa, incluindo o seu mar territorial, bem como a sua zona económica exclusiva e a sua plataforma continental, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- b) O termo «Federação da Rússia» compreende o território da Federação da Rússia, incluindo o seu mar territorial, bem como a sua zona económica exclusiva e a sua plataforma continental, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Federação da Rússia, consoante resulte do contexto;
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;

- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa residente de um Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:

- i) No caso de Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou o seu representante autorizado;
- ii) No caso da Federação da Rússia, o Ministério das Finanças da Federação da Rússia ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional» designa:

- i) Todas as pessoas singulares que tenham a nacionalidade de um Estado Contratante; e
- ii) Todas as pessoas colectivas, associações ou outras entidades constituídas de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — Para aplicação em qualquer momento da presente Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão aí não definida terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objecto desta Convenção.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto, devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção, ao local de constituição ou a qualquer outro critério de natureza similar. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição; se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente do Estado Contratante em que permaneça habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente

em nenhum deles, será considerada residente do Estado de que for nacional;

- d) Se for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso através de procedimento amigável.

3 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes será considerada residente do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina; e
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção, de instalação ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder 12 meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para os armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para serem transformados por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a

empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou que exerça a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável quer de outro modo), não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em con-

dições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, a disposição do n.º 2 deste artigo não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens ou de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Lucros da navegação marítima e aérea

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante de que é residente a pessoa que auferir esses lucros.

2 — O disposto no n.º 1 é aplicável, igualmente, aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

3 — Quando sociedades de países diferentes acordam em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio, o disposto no n.º 1 é aplicável à parte dos lucros do consórcio correspondente à participação detida nesse consórcio por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por

condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada neste outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se esse outro Estado considerar o ajustamento justificado. Na determinação deste ajustamento serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15 % do montante bruto dos dividendos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar estes limites.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, se o beneficiário efectivo for uma sociedade que, durante um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento dos dividendos, detenha directamente pelo menos 25 % do capital social da sociedade que paga os dividendos, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10 % do montante bruto desses dividendos.

4 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, ou outros direitos, com excepção dos créditos que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. No caso de Portugal, o termo «dividendos» inclui também os rendimentos derivados de associação em participação.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou

a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situado nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10 % do montante bruto dos juros.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um Estado Contratante serão isentos de imposto nesse Estado:

- a) Se o devedor dos juros for esse Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local; ou
- b) Se os juros forem auferidos e detidos a título de beneficiário pelo outro Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local ou uma instituição especificada e acordada numa troca de notas entre as autoridades competentes dos Estados Contratantes em ligação com um financiamento por eles concedido ou garantido no âmbito de um acordo concluído entre os Governos dos Estados Contratantes.

4 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações, incluindo prémios atinentes a essa dívida ou títulos, bem como quaisquer outros rendimentos assimilados aos rendimentos de importâncias emprestadas pela legislação fiscal do Estado de que provêm os rendimentos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm os juros uma actividade industrial ou comer-

cial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação ao qual haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

7 — Quando, devido a relações, especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — Os *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Todavia, esses *royalties* podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se a pessoa que receber os *royalties* for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10 % do montante bruto dos *royalties*.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «*royalties*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

O termo «*royalties*» inclui também os pagamentos relativos à assistência técnica prestada em conexão com o uso ou a concessão do uso dos direitos, bens ou informações referidos no presente número.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável, se o beneficiário efectivo dos *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contra-

tante de que provêm os *royalties* uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual os *royalties* são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa.

Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º consoante o caso.

5 — Os *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação ao qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos *royalties* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento desses *royalties*, tais *royalties* são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo dos *royalties*, ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, o direito ou as informações pelos quais são pagos, exceder o montante que será acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação dos bens imobiliários referidos no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos auferidos por uma empresa de um Estado Contratante provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados por essa empresa no tráfego internacional ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados nesse Estado.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 deste artigo só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Se dispuser de uma instalação fixa, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado Contratante, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias, em qualquer período de 12 meses, com início ou termo no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante podem ser tributadas nesse Estado Contratante.

Artigo 16.º

Remunerações de direcção

As remunerações de direcção e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou de qualquer órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º**Artistas e desportistas**

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou de músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas nessa qualidade no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2 deste artigo, os rendimentos mencionados neste artigo serão isentos de imposto no Estado Contratante onde é exercida a actividade do profissional de espectáculos ou do desportista, se essas actividades forem financiadas total ou substancialmente por qualquer Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local ou se essa actividade for exercida ao abrigo de um acordo desportivo ou cultural entre os Estados Contratantes.

Artigo 18.º**Pensões**

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º**Remunerações públicas**

1 — *a)* Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Estes salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados neste Estado e se a pessoa singular for um residente deste Estado:

- i)* Sendo seu nacional; ou
- ii)* Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — *a)* Uma pensão paga por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, quer directamente quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só pode ser tributada nesse Estado.

b) Esta pensão só pode, contudo, ser tributada no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um

residente e um nacional desse Estado, sem ser um nacional do Estado de que deriva a pensão.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e remunerações similares e pensões pagos em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local.

Artigo 20.º**Estudantes e estagiários**

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é ou foi imediatamente antes de visitar um Estado Contratante um residente do outro Estado Contratante e que permanece no primeiro Estado mencionado com o único fim de aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação profissional recebe para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação profissional não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora dele.

Artigo 21.º**Professores e investigadores**

1 — Um professor ou um investigador que faça uma visita temporária a um Estado Contratante, com o propósito de ensinar ou efectuar investigação científica numa universidade, colégio, estabelecimento de ensino, instituto de investigação ou outro estabelecimento similar, reconhecido pelo próprio Estado, por uma sua subdivisão política ou administrativa ou por uma sua autarquia local, e que é ou foi, imediatamente antes dessa visita, residente do outro Estado Contratante, fica isento de imposto no primeiro Estado, durante um período não excedente a dois anos, quanto às remunerações obtidas em consequência de ensino ou da investigação, desde que os rendimentos provenham de fontes externas.

2 — Este artigo não se aplica a rendimentos derivados de investigação se essa investigação for efectuada não no interesse público mas, fundamentalmente, em benefício próprio de uma determinada pessoa ou pessoas.

Artigo 22.º**Outros rendimentos**

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento que não seja rendimento de bens imobiliários, como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável nele situado, ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação ao qual o rendimento é pago, efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

Artigo 23.º

Eliminação da dupla tributação

A dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

Na República Portuguesa:

- a) Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Federação da Rússia, Portugal deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago na Federação da Rússia.

A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Federação da Rússia;

- b) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de Portugal for isento de imposto neste Estado, Portugal poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre os outros rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento;

Na Federação da Rússia:

Quando um residente da Rússia obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados em Portugal, a Rússia deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago em Portugal. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento calculado na Rússia.

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 7 do artigo 11.º ou no n.º 6 do

artigo 12.º, os juros, *royalties* ou outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado.

4 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, seja possuído ou controlado, directa ou indirectamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

5 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de dois anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na presente Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com o disposto na presente Convenção. O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, incluindo através de uma comissão composta por si ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 26.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas do

mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais a autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser utilizadas no caso de audiências públicas de tribunais ou de sentença judicial.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, industriais ou profissionais, ou processos comerciais ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27.º

Membros das missões diplomáticas e postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas e postos consulares em virtude das regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

1 — Os Estados Contratantes notificar-se-ão mediante aviso, por via diplomática, sobre a conclusão dos procedimentos legalmente exigidos para a entrada em vigor desta Convenção.

2 — A Convenção entrará em vigor na data da última das notificações referidas no n.º 1 e as suas disposições aplicam-se:

- a) Em Portugal:
 - i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
 - ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- b) Na Federação da Rússia:
 - i) Aos impostos devidos na fonte, relativamente aos montantes pagos ou creditados em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao ano em que a Convenção entrar em vigor;

- ii) Aos demais impostos, relativamente aos anos fiscais que comecem em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao ano em que a Convenção entrar em vigor.

Artigo 29.º

Denúncia

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção por via diplomática mediante um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil posterior ao período de cinco anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

a) Em Portugal:

- i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente após a data em que o período referido no aviso de denúncia expira;
- ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente após a data em que o período referido na nota de denúncia expira;

b) Na Federação da Rússia:

- i) Aos impostos devidos na fonte, relativamente aos montantes pagos ou creditados em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia expira;
- ii) Aos demais impostos, relativamente aos anos fiscais que comecem em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao ano em que o aviso de denúncia foi enviado.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram à presente Convenção.

Feito em duplicado, em Moscovo, aos 29 dias do mês de Maio de 2000, nas línguas portuguesa, russa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. No caso de interpretação divergente, prevalecerá o texto inglês.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Pelo Governo da Federação da Rússia:

PROTÓCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os signatários acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção:

1 — No que respeita à aplicação do n.º 2 do artigo 3.º, no caso de Portugal, qualquer significado derivado da legislação fiscal aplicável prevalecerá sobre qualquer significado derivado de outra legislação.

2 — No que respeita à aplicação do artigo 6.º, nada na Convenção afectará o direito do Estado Contratante em que se situe a propriedade imobiliária de aplicar as disposições deste artigo a rendimentos dessa propriedade imobiliária ou a rendimentos derivados de serviços relacionados com o uso ou o direito do uso da propriedade imobiliária que, nos termos da legislação fiscal desse Estado Contratante, sejam assimilados ao rendimento da propriedade imobiliária.

3 — As disposições do artigo 24.º não são impeditivas da aplicação da legislação fiscal das Partes Contratantes respeitante à subcapitalização.

4 — O disposto no artigo 24.º será interpretado no sentido de que cada Parte Contratante pode aplicar os seus próprios procedimentos internos no que respeita ao ónus da prova no concernente à dedutibilidade das despesas suportadas.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feito em duplicado, em Moscovo, aos 29 dias do mês de Maio de 2000, nas línguas inglesa, russa e portuguesa, sendo todos os textos igualmente válidos.

No caso de qualquer divergência de interpretação, o texto inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da Federação da Rússia:



КОНВЕНЦИЯ

между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации об избежании двойного налогообложения и предотвращении уклонения от уплаты налогов в отношении налогов на доходы

Правительство Португальской Республики и Правительство Российской Федерации, желая заключить Конвенцию об избежании двойного налогообложения и предотвращении уклонения от уплаты налогов в отношении налогов на доходы,

согласились о нижеследующем:

Статья 1

Лица, к которым применяется Конвенция

Настоящая Конвенция применяется к лицам, которые являются резидентами одного или обоих Договаривающихся Государств.

Статья 2

Налоги, на которые распространяется Конвенция

1. Настоящая Конвенция применяется к налогам на доходы, взимаемым от имени Договаривающегося Государства или его политических или административных подразделений или местных органов власти, независимо от способа их взимания.

2. Налогам на доходы считаются все налоги, взимаемые с общей суммы дохода или с отдельных элементов дохода, включая налоги на доходы от отчуждения движимого или недвижимого имущества, налоги, взимаемые с общей суммы заработной платы, выплачиваемой предприятием, а также налоги на доходы от прироста капитала.

3. Существующими налогами, к которым применяется настоящая Конвенция, в частности, являются:

a) применительно к Португалии:

(i) подоходный налог с физических лиц;

(ii) корпоративный подоходный налог; и

(iii) местный дополнительный корпоративный подоходный налог

(далее именуемые "португальский налог");

b) применительно к Российской Федерации:

(i) налог на прибыль (доход) предприятий и организаций;

(ii) подоходный налог с физических лиц

(далее именуемые "российский налог").

4. Настоящая Конвенция применяется также к любым подобным или по существу аналогичным налогам, взимаемым после даты подписания настоящей Конвенции в дополнение или вместо существующих налогов. Компетентные органы Договаривающихся Государств уведомят друг друга о любых существенных изменениях в их соответствующих налоговых законах.

Статья 3

Общие определения

1. Для целей настоящей Конвенции, если из контекста не вытекает иное:

a) термин "Португалия" означает территорию Португальской Республики, включая ее территориальное море, а также ее исключительную экономическую зону и континентальный шельф, определенные в соответствии с Конвенцией Организации Объединенных Наций по морскому праву;

b) термин "Российская Федерация" означает территорию Российской Федерации, включая ее территориальное море, а также ее исключительную экономическую зону и континентальный шельф, определенные в соответствии с Конвенцией Организации Объединенных Наций по морскому праву;

c) термины "Договаривающееся Государство" и "другое Договаривающееся Государство" означают Португалию или Российскую Федерацию в зависимости от контекста;

d) термин "лицо" включает физическое лицо, компанию и любое другое объединение лиц;

e) термин "компания" означает любое корпоративное объединение или любое образование, которое рассматривается для налоговых целей как корпоративное объединение;

f) термины "предприятие одного Договаривающегося Государства" и "предприятие другого Договаривающегося Государства" означают соответственно предприятие, управляемое резидентом одного Договаривающегося Государства, и предприятие, управляемое резидентом другого Договаривающегося Государства;

g) термин "международная перевозка" означает любую перевозку морским или воздушным судном, эксплуатируемым предприятием, являющимся резидентом одного Договаривающегося Государства, кроме случаев, когда

морское или воздушное судно эксплуатируется исключительно между пунктами в другом Договаривающемся Государстве;

h) термин "компетентный орган" означает:

(i) применительно к Португалии - Министра финансов, Генерального Директора по налогообложению или их уполномоченного представителя;

(ii) применительно к Российской Федерации - Министерство финансов Российской Федерации или его уполномоченного представителя;

i) термин "национальное лицо" означает:

(i) любое физическое лицо, имеющее гражданство Договаривающегося Государства;

(ii) любое юридическое лицо, товарищество, ассоциацию или другое образование, получившее свой статус как таковой в соответствии с действующим законодательством Договаривающегося Государства.

2. При применении настоящей Конвенции в любое время Договаривающимся Государством любой термин, не определенный в ней, имеет то значение, если из контекста не вытекает иное, которое он имеет в настоящий момент в соответствии с законодательством этого Государства для целей налогов, к которым применяется настоящая Конвенция.

Статья 4 Резидент

1. Для целей настоящей Конвенции термин "резидент Договаривающегося Государства" означает любое лицо, которое по законодательству этого Государства подлежит налогообложению в нем на основании его местожительства, постоянного местопребывания, места управления, места регистрации или любого другого критерия аналогичного характера. Однако этот термин не включает любое лицо, которое подлежит налогообложению в этом Государстве только в отношении доходов из источников в этом Государстве.

2. Если в соответствии с положениями пункта 1 физическое лицо является резидентом обоих Договаривающихся Государств, то его статус определяется следующим образом:

a) оно считается резидентом только того Государства, в котором оно располагает постоянным жильем; если оно располагает постоянным жильем в обоих Государствах, оно считается резидентом только того Государства, в котором оно имеет наиболее тесные личные и экономические связи (центр жизненных интересов);

b) если Государство, в котором оно имеет центр жизненных интересов, не может быть определено, или если оно не располагает постоянным жильем ни в одном Государстве, оно считается резидентом только того Государства, где оно обычно проживает;

c) если оно обычно проживает в обоих Государствах, или ни в одном из них, оно считается резидентом только того Государства, национальным лицом которого оно является;

d) если оно является национальным лицом обоих Государств, или ни одного из них, то компетентные органы Договаривающихся Государств решат этот вопрос по взаимному согласию.

3. Если в соответствии с положениями пункта 1 лицо иное, чем физическое лицо, является резидентом обоих Договаривающихся Государств, такое лицо считается резидентом только того Государства, в котором расположено его место эффективного управления.

Статья 5 Постоянное представительство

1. Для целей настоящей Конвенции термин "постоянное представительство" означает постоянное место деятельности, через которое полностью или частично осуществляется предпринимательская деятельность предприятия.

2. Термин "постоянное представительство", в частности, включает:

a) место управления;
b) отделение;
c) контору;
d) фабрику;
e) мастерскую, и
f) шахту, нефтяную или газовую скважину, карьер или любое другое место добычи природных ресурсов.

3. Строительная площадка, строительный, монтажный или сборочный объект образуют постоянное представительство, если они существуют в течение периода, превышающего 12 месяцев.

4. Независимо от предыдущих положений настоящей статьи, считается, что термин "постоянное представительство" не включает:

a) использование сооружений исключительно для цели хранения, демонстрации или поставки товаров или изделий, принадлежащих предприятию;

b) содержание запасов товаров или изделий, принадлежащих предприятию, исключительно для цели хранения, демонстрации или поставки;

c) содержание запаса товаров или изделий, принадлежащих предприятию, исключительно для цели переработки другим предприятием;

d) содержание постоянного места деятельности исключительно для цели закупки товаров или изделий или для сбора информации для предприятия;

e) содержание постоянного места деятельности исключительно для цели осуществления для предприятия любой другой деятельности подготовительного или вспомогательного характера;

f) содержание постоянного места деятельности исключительно для осуществления любой комбинации видов деятельности, упомянутых в подпунктах от (a) до (e), при условии, что совокупная деятельность постоянного места деятельности, возникающая в результате такой комбинации, имеет подготовительный или вспомогательный характер.

5. Независимо от положений пунктов 1 и 2, если лицо иное, чем агент с независимым статусом, в отношении которого применяется пункт 6, осуществляет деятельность в одном Договаривающемся Государстве от имени предприятия, и имеет или обычно использует полномочия заключать контракты от имени этого предприятия, то считается, что это предприятие имеет постоянное представительство в этом Государстве в отношении любой деятельности, которую это лицо осуществляет для предприятия, кроме случаев, когда деятельность такого лица ограничивается видами деятельности, упомянутыми в пункте 4, которые при осуществлении через постоянное место деятельности не превращают такое постоянное место деятельности в постоянное представительство в соответствии с положениями настоящего пункта.

6. Предприятие не будет рассматриваться как имеющее постоянное представительство в Договаривающемся Государстве только потому, что оно осуществляет предпринимательскую деятельность в этом Государстве через брокера, комиссионера или любого другого агента с независимым статусом при условии, что эти лица действуют в рамках своей обычной деятельности.

7. Тот факт, что компания, являющаяся резидентом одного Договаривающегося Государства, контролирует или контролируется компанией, которая является резидентом другого Договаривающегося Государства, или которая осуществляет предпринимательскую деятельность в этом другом Государстве (либо через постоянное представительство, либо каким-то иным образом), сам по себе не означает, что любая такая компания становится постоянным представительством другой.

Статья 6 Доходы от недвижимого имущества

1. Доходы, получаемые резидентом одного Договаривающегося Государства от недвижимого имущества (включая доход от сельского или лесного хозяйства), находящегося в другом Договаривающемся Государстве, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Термин "недвижимое имущество" имеет то значение, которое оно имеет по законодательству Договаривающегося Государства, в котором находится такое имущество. Этот термин в любом случае включает имущество, вспомогательное по отношению к недвижимому имуществу, скот и оборудование, используемые в сельском и лесном хозяйстве, права, к которым применяются положения законодательства, касающегося земельной собственности, любое право пользования недвижимым имуществом, известное как узуфрукт, и права на переменные или фиксированные платежи, выплачиваемые в качестве компенсации за разработку или право на разработку минеральных запасов, источников и других природных ресурсов; морские и воздушные суда не рассматриваются в качестве недвижимого имущества.

3. Положения пункта 1 применяются к доходам, получаемым от прямого использования, сдачи в аренду или использования в любой другой форме недвижимого имущества.

4. Положения пунктов 1 и 3 применяются также к доходам от недвижимого имущества предприятия и к доходам от недвижимого имущества, используемого для осуществления независимых личных услуг.

Статья 7 Прибыль от предпринимательской деятельности

1. Прибыль предприятия одного Договаривающегося Государства подлежит налогообложению только в этом Государстве, если только предприятие не осуществляет предпринимательскую деятельность в другом Договаривающемся Государстве через находящееся там постоянное представительство. Если предприятие осуществляет предпринимательскую деятельность вышеуказанным образом, то прибыль предприятия может

облагаться налогом в другом Государстве, но только в той части, которая относится к такому постоянному представительству.

2. С учетом положений пункта 3, если предприятие одного Договаривающегося Государства осуществляет предпринимательскую деятельность в другом Договаривающемся Государстве через находящееся там постоянное представительство, то в каждом Договаривающемся Государстве к этому постоянному представительству относится прибыль, которую оно могло бы получить, если бы оно было самостоятельным и отдельным предприятием, занятым такой же или аналогичной деятельностью при таких же или аналогичных условиях, и действовало в полной независимости от предприятия, постоянным представительством которого оно является.

3. При определении прибыли постоянного представительства разрешаются вычеты расходов, понесенных для целей постоянного представительства, включая управленческие и общеадминистративные расходы, независимо от того, понесены ли эти расходы в Государстве, где находится постоянное представительство или за его пределами.

4. Если в Договаривающемся Государстве определение прибыли, относящейся к постоянному представительству на основе пропорционального распределения общей суммы прибыли предприятия по его различным подразделениям, является обычной практикой, ничто в пункте 2 настоящей статьи не запрещает такому Договаривающемся Государству определять налогооблагаемую прибыль путем такого распределения; выбранный метод распределения, однако, должен приводить к результатам, соответствующим принципам, содержащимся в настоящей статье.

5. Никакая прибыль не относится к постоянному представительству лишь на основании закупки таким постоянным представительством товаров или изделий для предприятия.

6. Для целей предыдущих пунктов прибыль, относящаяся к постоянному представительству, определяется ежегодно одним и тем же методом, если только не будет веской и достаточной причины для его изменения.

7. Если прибыль включает виды доходов, о которых говорится отдельно в других статьях настоящей Конвенции, положения таких статей не затрагиваются положениями настоящей статьи.

Статья 8

Прибыль от морских и воздушных перевозок

1. Прибыль от эксплуатации морских или воздушных судов в международных перевозках подлежит налогообложению только в том Договаривающемся Государстве, резидентом которого является лицо, получающее такую прибыль.

2. Положения пункта 1 применяются также к доходам от участия в пуле, совместной предпринимательской деятельности или в международной организации по эксплуатации транспортных средств.

3. Если компании разных стран договорились осуществлять совместные воздушные перевозки в форме консорциума, положения пункта 1 применяются к той части прибыли консорциума, которая относится к участию в таком консорциуме компании, являющейся резидентом Договаривающегося Государства.

Статья 9

Ассоциированные предприятия

1. Если:

a) предприятие одного Договаривающегося Государства прямо или косвенно участвует в управлении, контроле или капитале предприятия другого Договаривающегося Государства, или

b) одни и те же лица прямо или косвенно участвуют в управлении, контроле или капитале предприятия одного Договаривающегося Государства и предприятия другого Договаривающегося Государства,

и в любом случае между двумя предприятиями в их коммерческих или финансовых взаимоотношениях создаются или устанавливаются условия, отличные от тех, которые имели бы место между независимыми предприятиями, тогда любая прибыль, которая могла бы быть начислена при отсутствии таких условий одному из предприятий, но из-за наличия этих условий не была ему начислена, может быть включена в прибыль этого предприятия и, соответственно, обложена налогом.

2. Если одно Договаривающееся Государство включает в прибыль предприятия этого Государства и соответственно облагает налогом прибыль, в отношении которой предприятие другого Договаривающегося Государства обложено налогом в этом другом Государстве, и прибыль, включенная таким образом, является прибылью, которая была бы начислена предприятию этого первого упомянутого Государства, если бы взаимоотношения между двумя предприятиями были такими, которые существуют между независимыми предприятиями, тогда это другое Государство сделает соответствующую корректировку суммы налога, взимаемого с такой прибыли, если это другое Государство посчитает такую корректировку обоснованной. При определении

такой корректировки должны быть учтены другие положения настоящей Конвенции, и компетентные органы Договаривающихся Государств будут при необходимости консультироваться друг с другом.

Статья 10

Дивиденды

1. Дивиденды, выплачиваемые компанией, которая является резидентом одного Договаривающегося Государства, резиденту другого Договаривающегося Государства, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Однако такие дивиденды могут также облагаться налогом в том Договаривающемся Государстве, резидентом которого является компания, выплачивающая дивиденды, и в соответствии с законодательством этого Государства, но если лицо, имеющее фактическое право на дивиденды, является резидентом другого Договаривающегося Государства, то взимаемый таким образом налог не должен превышать 15 процентов от общей суммы дивидендов.

Компетентные органы Договаривающихся Государств по взаимному согласию определяют способ применения таких ограничений.

Настоящий пункт не затрагивает налогообложение компании в отношении прибыли, из которой выплачиваются дивиденды.

3. Независимо от положений пункта 2, если лицом, имеющим фактическое право на дивиденды, является компания, которая в течение непрерывного двухлетнего периода до выплаты дивидендов, прямо владеет по крайней мере 25 процентами капитала компании, выплачивающей дивиденды, взимаемый таким образом налог не должен превышать 10 процентов от общей суммы дивидендов.

4. Термин "дивиденды" при использовании в настоящей статье означает доход от акций или других прав, не являющихся долговыми требованиями, но дающих право на участие в прибыли, а также доход от других корпоративных прав, который подлежит такому же налогообложению, как и доходы от акций в соответствии с законодательством Государства, резидентом которого является компания, распределяющая прибыль. Применительно к Португалии этот термин также включает прибыль, которая по согласованию относится к участию в прибыли.

5. Положения пунктов 1, 2 и 3 не применяются, если лицо, имеющее фактическое право на дивиденды, являясь резидентом одного Договаривающегося Государства, осуществляет предпринимательскую деятельность в другом Договаривающемся Государстве, резидентом которого является компания, выплачивающая дивиденды, через постоянное представительство, или оказывает в этом другом Государстве независимые личные услуги с находящейся там постоянной базой, и участие, в отношении которого выплачиваются дивиденды, действительно связано с таким постоянным представительством или постоянной базой. В таком случае применяются положения статьи 7 или статьи 14, в зависимости от обстоятельств.

6. Если компания, которая является резидентом одного Договаривающегося Государства, получает прибыль или доход из другого Договаривающегося Государства, это другое Государство не может взимать никакие налоги с дивидендов, выплачиваемых этой компанией, кроме случаев, когда такие дивиденды выплачиваются резиденту этого другого Государства, или если участие, в отношении которого выплачиваются дивиденды, действительно связано с постоянным представительством или постоянной базой, находящимися в этом другом Государстве, также как взимать с нераспределенной прибыли компании налоги на нераспределенную прибыль компании, даже если выплачиваемые дивиденды или нераспределенная прибыль состоят полностью или частично из прибыли или дохода, возникающих в таком другом Государстве.

Статья 11

Проценты

1. Проценты, возникающие в одном Договаривающемся Государстве и выплачиваемые резиденту другого Договаривающегося Государства, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Однако такие проценты могут также облагаться налогом в Договаривающемся Государстве, в котором они возникают, и в соответствии с законодательством этого Государства, но если лицо, имеющее фактическое право на проценты, является резидентом другого Договаривающегося Государства, взимаемый таким образом налог не должен превышать 10 процентов от общей суммы процентов.

Компетентные органы Договаривающихся Государств по взаимному согласию определяют способ применения такого ограничения.

3. Независимо от положений пункта 2 проценты, возникающие в Договаривающемся Государстве, освобождаются от налогообложения в этом Государстве:

a) если дебитором в отношении таких процентов является это Государство, его политическое или административное подразделение или местный орган власти; или

b) если проценты получает и имеет фактическое право на них другое Договаривающееся Государство, его политическое или административное подразделение или местный орган власти, или любой институт, определенный и согласованный путем обмена нотами между компетентными органами Договаривающихся Государств, в связи с любым кредитом, предоставленным или гарантированным ими на основе договоренности между Правительствами Договаривающихся Государств.

4. Термин "проценты" при использовании в настоящей статье означает доход от долговых требований любого вида, независимо от их ипотечного обеспечения и независимо от владения правом на участие в прибыли должника, и, в частности, доход от государственных ценных бумаг и доход от облигаций или долговых обязательств, включая премии и выигрыши по этим ценным бумагам, облигациям или долговым обязательствам, а также все другие виды дохода, рассматриваемые как доход от предоставленных в ссуду сумм в соответствии с налоговым законодательством Государства, в котором доход возникает. Штрафы, взимаемые за несвоевременные платежи, не рассматриваются в качестве процентов для целей настоящей статьи.

5. Положения пунктов 1 и 2 не применяются, если лицо, имеющее фактическое право на проценты, будучи резидентом одного Договаривающегося Государства, осуществляет предпринимательскую деятельность в другом Договаривающемся Государстве, в котором возникает проценты, через находящееся там постоянное представительство, или оказывает в этом другом Государстве независимые личные услуги с находящейся там постоянной базы, и долговое требование, в отношении которого выплачиваются проценты, действительно связано с таким постоянным представительством или постоянной базой. В таком случае применяются положения статьи 7 или статьи 14, в зависимости от обстоятельств.

6. Считается, что проценты возникают в одном Договаривающемся Государстве, если плательщиком является само это Государство, его политическое или административное подразделение, местный орган власти или резидент этого Государства. Если, однако, лицо, выплачивающее проценты, независимо от того, является ли оно резидентом Договаривающегося Государства или нет, имеет в Договаривающемся Государстве постоянное представительство или постоянную базу, в связи с которыми возникла задолженность, по которой выплачиваются проценты, и расходы по выплате этих процентов несет такое постоянное представительство или постоянная база, тогда считается, что такие проценты возникают в том Государстве, в котором находится постоянное представительство или постоянная база.

7. Если по причине особых отношений между плательщиком и лицом, имеющим фактическое право на проценты, или между ними обоими и каким-либо другим лицом, сумма процентов, относящаяся к долговому требованию, на основании которого она выплачивается, превышает сумму, которая была бы согласована между плательщиком и лицом, имеющим фактическое право на проценты при отсутствии таких отношений, положения настоящей статьи применяются только к последней упомянутой сумме. В таком случае избыточная часть платежей по-прежнему облагается налогом в соответствии с законодательством каждого Договаривающегося Государства с учетом других положений настоящей Конвенции.

Статья 12 Роялти

1. Роялти, возникающие в одном Договаривающемся Государстве и выплачиваемые резиденту другого Договаривающегося Государства, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Однако такие роялти могут также облагаться налогом в том Договаривающемся Государстве, в котором они возникают, и в соответствии с законодательством этого Государства, но если получатель является лицом, имеющим фактическое право на роялти, взимаемый таким образом налог не должен превышать 10 процентов от общей суммы роялти.

Компетентные органы Договаривающихся Государств по взаимному согласию определяют способ применения такого ограничения.

3. Термин "роялти" при использовании в настоящей статье означает платежи любого вида, получаемые в качестве возмещения за использование или за предоставление права пользования любым авторским правом на произведения литературы, искусства или науки, включая кинематографические фильмы и фильмы или записи для радио- или телевидения, любым патентом, товарным знаком, дизайном или моделью, планом, секретной формулой или процессом, или за пользование или предоставление права пользования промышленным, коммерческим или научным оборудованием, или за информацию, касающуюся промышленного, коммерческого или научного опыта.

Термин "роялти" также включает платежи в связи с технической помощью в отношении использования или предоставления права пользования любым авторским правом, товаром или информацией, упомянутыми в настоящем пункте.

4. Положения пунктов 1 и 2 не применяются, если лицо, имеющее фактическое право на роялти, являясь резидентом одного Договаривающегося

Государства, осуществляет предпринимательскую деятельность в другом Договаривающемся Государстве, в котором возникают роялти, через расположенное там постоянное представительство или оказывает независимые личные услуги в этом другом Государстве с находящейся там постоянной базы, и право или имущество, в отношении которых выплачиваются роялти, действительно связаны с таким постоянным представительством или постоянной базой. В таком случае применяются положения статьи 7 или статьи 14, в зависимости от обстоятельств.

5. Считается, что роялти возникают в Договаривающемся Государстве, если плательщиком является само это Государство, его политическое или административное подразделение, местный орган власти или резидент этого Государства. Однако, если лицо, выплачивающее роялти, независимо от того, является оно резидентом Договаривающегося Государства или нет, имеет в Договаривающемся Государстве постоянное представительство или постоянную базу, в связи с которыми возникает обязательство по выплате роялти, и расходы по выплате таких роялти несет такое постоянное представительство или постоянная база, тогда считается, что такие роялти возникают в том Государстве, в котором расположено постоянное представительство или постоянная база.

6. Если по причине особых отношений между плательщиком и лицом, имеющим фактическое право на роялти, или между ними обоими и каким-либо другим лицом сумма выплаченных роялти, относящаяся к использованию, праву пользования или информации, за которые они выплачиваются, превышает сумму, которая была бы согласована между плательщиком и лицом, имеющим фактическое право на роялти, при отсутствии таких отношений, положения настоящей статьи применяются только к последней упомянутой сумме. В таком случае избыточная часть платежей по-прежнему подлежит налогообложению в соответствии с законодательством каждого Договаривающегося Государства с учетом других положений настоящей Конвенции.

Статья 13 Прирост стоимости капитала

1. Доходы, получаемые резидентом одного Договаривающегося Государства от отчуждения недвижимого имущества, упомянутого в статье 6 и находящегося в другом Договаривающемся Государстве, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Доходы от отчуждения движимого имущества, составляющего часть коммерческого имущества постоянного представительства, которое предприятие одного Договаривающегося Государства имеет в другом Договаривающемся Государстве, или от движимого имущества, относящегося к постоянной базе, используемой резидентом одного Договаривающегося Государства в другом Договаривающемся Государстве для целей оказания независимых личных услуг, включая такие доходы от отчуждения такого постоянного представительства (отдельно или в совокупности с целым предприятием) или такой постоянной базы, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

3. Доходы, полученные предприятием Договаривающегося Государства от отчуждения морских или воздушных судов, эксплуатируемых таким предприятием в международных перевозках, или движимого имущества, связанного с эксплуатацией таких морских или воздушных судов, подлежат налогообложению только в этом Государстве.

4. Доходы от отчуждения любого имущества иного, чем то, о котором упомянуто в пунктах 1, 2 и 3, подлежат налогообложению только в том Договаривающемся Государстве, резидентом которого является лицо, отчуждающее имущество.

Статья 14 Доходы от независимых личных услуг

1. Доход, получаемый резидентом одного Договаривающегося Государства, за оказание профессиональных услуг или другую деятельность независимого характера, подлежит налогообложению только в этом Государстве, за исключением случаев, когда он имеет постоянную базу, которую он регулярно использует в другом Договаривающемся Государстве для цели осуществления своей деятельности. Если он имеет такую постоянную базу, доход может облагаться налогом в другом Государстве, но только та его часть, которая относится к такой постоянной базе.

2. Термин "профессиональные услуги" включает, в частности, независимую научную, литературную, артистическую, образовательную или преподавательскую деятельность, а также независимую деятельность врачей, адвокатов, инженеров, архитекторов, зубных врачей и бухгалтеров.

Статья 15 Доходы от зависимых личных услуг

1. С учетом положений статей 16, 18, 19, 20 и 21 заработная плата и другие подобные вознаграждения, получаемые резидентом одного Договаривающегося Государства в отношении работы по найму, подлежат налогообложению только в этом Государстве, если только работа по найму не осуществляется в другом Договаривающемся Государстве. Если работа по найму осуществляется таким образом, то полученное в связи с этим вознаграждение может облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Независимо от положений пункта 1 вознаграждение, получаемое резидентом одного Договаривающегося Государства в отношении работы по найму, осуществляемой в другом Договаривающемся Государстве, подлежит налогообложению только в первом упомянутом Государстве, если:

a) получатель находится в другом Государстве в течение периода или периодов, не превышающих в совокупности 183 дня в любом двенадцатимесячном периоде, начинающемся или заканчивающемся в соответствующем налоговом году, и

b) вознаграждение выплачивается нанимателем или от имени нанимателя, который не является резидентом другого Государства, и

c) расходы по выплате вознаграждения не несет постоянное представительство или постоянная база, которые наниматель имеет в другом Государстве.

3. Независимо от предыдущих положений настоящей статьи, вознаграждение, получаемое в отношении работы по найму, осуществляемой на борту морского или воздушного судна, эксплуатируемого в международных перевозках предприятием Договаривающегося Государства, может облагаться налогом в этом Договаривающемся Государстве.

Статья 16 Гонорары директоров

Гонорары директоров и другие подобные выплаты, получаемые резидентом одного Договаривающегося Государства в качестве члена совета директоров или наблюдательного совета или любого подобного органа компании, которая является резидентом другого Договаривающегося Государства, могут облагаться налогом в этом другом Государстве.

Статья 17 Артисты и спортсмены

1. Независимо от положений статей 14 и 15, доход, получаемый резидентом одного Договаривающегося Государства в качестве работника искусства, такого как артист театра, кино, радио или телевидения, или музыканта, или в качестве спортсмена, от его личной деятельности, осуществляемой в другом Договаривающемся Государстве, может облагаться налогом в этом другом Государстве.

2. Если доход от личной деятельности, осуществляемой работником искусства или спортсменом в этом своем качестве, начисляется не самому работнику искусства или спортсмену, а другому лицу, этот доход может, независимо от положений статей 7, 14 и 15, облагаться налогом в том Договаривающемся Государстве, в котором осуществляется деятельность работника искусства или спортсмена.

3. Независимо от положений пунктов 1 и 2 настоящей статьи, доход, упомянутый в настоящей статье, освобождается от налогообложения в Договаривающемся Государстве, в котором работник искусства или спортсмен осуществляет деятельность, при условии, что такая деятельность полностью или частично финансируется любым Договаривающимся Государством, или его политическим или административным подразделением или местным органом власти, или если такая деятельность осуществляется в соответствии с соглашением о спортивном или культурном сотрудничестве между Договаривающимися Государствами.

Статья 18 Пенсия

С учетом положений пункта 2 статьи 19 пенсии и другие подобные вознаграждения, выплачиваемые резиденту Договаривающегося Государства в связи с прошлой работой по найму, подлежат налогообложению только в этом Государстве.

Статья 19 Государственная служба

1. а) Заработная плата и другое подобное вознаграждение, иное чем пенсия, выплачиваемое Договаривающимся Государством, или его политическим или административным подразделением или местным органом власти физическому лицу за службу, осуществляемую для этого Государства или подразделения или органа власти, подлежат налогообложению только в этом Государстве.

b) Однако такая заработная плата и другое подобное вознаграждение подлежат налогообложению только в другом Договаривающемся Государстве, если служба осуществляется в этом Государстве, и физическое лицо является резидентом этого Государства, не будучи национальным лицом другого Договаривающегося Государства, который:

(i) является национальным лицом этого Государства; или

(ii) не стал резидентом этого Государства исключительно с целью осуществления службы.

2. а) Любая пенсия, выплачиваемая Договаривающимся Государством или политическим или административным подразделением или местным органом власти или из фондов, созданных ими, физическому лицу за службу, осуществленную для этого Государства или подразделения или органа власти, подлежит налогообложению только в этом Государстве.

b) Однако такая пенсия подлежит налогообложению только в другом Договаривающемся Государстве, если физическое лицо является резидентом и национальным лицом этого Государства, не будучи национальным лицом Государства, откуда такая пенсия выплачивается.

3. Положения статей 15, 16, 17 и 18 применяются к заработной плате и другому подобному вознаграждению и к пенсиям, выплачиваемым в отношении службы, связанной с предпринимательской деятельностью, осуществляемой Договаривающимся Государством или его политическим или административным подразделением или местным органом власти.

Статья 20 Студенты и стажеры

Выплаты, которые студент или стажер, являющийся или непосредственно перед приездом в одно Договаривающееся Государство являвшийся резидентом другого Договаривающегося Государства и который находится в первом упомянутом Государстве исключительно с целью обучения или прохождения практики, получает для целей своего содержания, обучения или прохождения практики, освобождаются от налогообложения в этом Государстве, при условии, что такие выплаты возникают из источников за пределами этого Государства.

Статья 21 Профессора, преподаватели и научные работники

1. Профессор, преподаватель или научный работник, который временно посещает одно Договаривающееся Государство с целью преподавания или проведения научных исследований в университете, колледже, школе, исследовательском институте или другом подобном учреждении, признанном самим этим Государством, его политическим или административным подразделением или местным органом власти, и который является или непосредственно перед приездом являлся резидентом другого Договаривающегося Государства, освобождается в течение периода, не превышающего двух лет, от уплаты налога в первом упомянутом Договаривающемся Государстве в отношении вознаграждения за такое преподавание или научное исследование, если доход получен из-за границы.

2. Настоящая статья не применяется к доходу, полученному от проведения научного исследования, если такое исследование осуществляется не в интересах общества, а преимущественно с целью получения частной выгоды лицом или группой лиц.

Статья 22 Другие доходы

1. Виды доходов резидента Договаривающегося Государства, независимо от источника их возникновения, о которых не говорится в предыдущих статьях настоящей Конвенции, подлежат налогообложению только в этом Государстве.

2. Положения пункта 1 не применяются к доходу иному, чем доход от недвижимого имущества, определенного в пункте 2 статьи 6, если получатель такого дохода, являясь резидентом одного Договаривающегося Государства, осуществляет предпринимательскую деятельность в другом Договаривающемся Государстве через находящееся там постоянное представительство или оказывает в этом другом Государстве независимые личные услуги с расположенной там постоянной базы, и право или имущество, в отношении которых выплачивается доход, действительно связаны с таким постоянным представительством или постоянной базой. В таком случае применяются положения статьи 7 или статьи 14, в зависимости от обстоятельств.

Статья 23 Устранение двойного налогообложения

Двойное налогообложение устраняется следующим образом:

- в Португальской Республике:

a) если резидент Португалии получает доход, который в соответствии с положениями настоящей Конвенции может облагаться налогами в Российской Федерации, Португалия разрешает произвести вычет из налога на доход этого резидента суммы, равной подоходному налогу, уплаченному в Российской Федерации. Однако такой вычет не должен превышать ту часть подоходного налога, рассчитанного до получения вычета, относящуюся к доходу, который может облагаться налогом в Российской Федерации;

b) если в соответствии с любым положением настоящей Конвенции доход, полученный резидентом Португалии, освобождается от налога в этом Государстве, Португалия при этом может при расчете суммы налога на оставшуюся часть дохода такого резидента принять во внимание освобожденную часть дохода;

- в Российской Федерации:

если резидент России получает доход, который в соответствии с положениями настоящей Конвенции может облагаться налогами в Португалии, сумма налога на такой доход, подлежащая уплате в Португалии, может вычитаться из налога, взимаемого в России. Сумма такого вычета, однако, не должна превышать сумму налога на доход, рассчитанного в России.

Статья 24 Недискриминация

1. Национальные лица одного Договаривающегося Государства не должны подвергаться в другом Договаривающемся Государстве любому налогообложению или любому связанному с ним требованию, иному или более обременительному, чем налогообложение и связанные с ним требования, которым подвергаются или могут подвергаться национальные лица такого другого Государства при тех же обстоятельствах, в частности, в отношении постоянного местопребывания. Настоящее положение, независимо от положений статьи 1, также применяется к лицам, которые не являются резидентами одного или обоих Договаривающихся Государств.

2. Налогообложение постоянного представительства, которое предприятие одного Договаривающегося Государства имеет в другом Договаривающемся Государстве, не должно быть менее благоприятным в этом другом Государстве, чем налогообложение предприятий этого другого Государства, осуществляющих аналогичную деятельность. Настоящее положение не рассматривается как обязывающее одно Договаривающееся Государство предоставлять резидентам другого Договаривающегося Государства любые индивидуальные льготы, скидки и вычеты для целей налогообложения на основе гражданского статуса или семейных обязательств, которые оно предоставляет своим резидентам.

3. За исключением случаев, когда применяются положения пункта 1 статьи 9, пункта 7 статьи 11 или пункта 6 статьи 12, проценты, роялти и другие выплаты, осуществляемые предприятием одного Договаривающегося Государства резиденту другого Договаривающегося Государства, должны для целей определения налогооблагаемой прибыли такого предприятия подлежать вычетам на тех же условиях, как если бы они выплачивались резиденту первого упомянутого Государства.

4. Предприятия одного Договаривающегося Государства, капитал которых полностью или частично, прямо или косвенно принадлежит или контролируется одним или несколькими резидентами другого Договаривающегося Государства, не должны подвергаться в первом упомянутом Государстве любому налогообложению или любому связанному с ним требованию, иному или более обременительному, чем налогообложение и связанные с ним требования, которым подвергаются или могут подвергаться другие подобные предприятия первого упомянутого Государства.

5. Независимо от положений статьи 2, положения настоящей статьи применяются к налогам, которые являются предметом настоящей Конвенции.

Статья 25 Взаимосогласительная процедура

1. Если лицо считает, что действия одного или обоих Договаривающихся Государств приводят или приведут к его налогообложению не в соответствии с положениями настоящей Конвенции, оно может, независимо от средств защиты, предусмотренных внутренним законодательством этих Государств, представить свое заявление компетентному органу того Договаривающегося Государства, резидентом которого оно является, или если его случай подпадает под действие пункта 1 статьи 24, того Договаривающегося Государства, национальным лицом которого оно является. Заявление должно быть представлено в течение двух лет с момента первого уведомления о действиях, приводящих к налогообложению не в соответствии с положениями Конвенции.

2. Компетентный орган будет стремиться, если он сочтет заявление обоснованным, и если он сам не сможет прийти к удовлетворительному решению, решить вопрос по взаимному согласию с компетентным органом другого Договаривающегося Государства с целью избежания налогообложения, не соответствующего Конвенции. Любая достигнутая договоренность будет выполняться независимо от любых ограничений во времени, предусмотренных внутренним законодательством Договаривающихся Государств.

3. Компетентные органы Договаривающихся Государств будут стремиться разрешить по взаимному согласию любые трудности или сомнения, возникающие при толковании или применении Конвенции.

4. Компетентные органы Договаривающихся Государств могут вступать в прямые контакты друг с другом, включая совместные комиссии, состоящие из них самих или их представителей, для целей достижения согласия в смысле применения предыдущих положений.

Статья 26 Обмен информацией

1. Компетентные органы Договаривающихся Государств обмениваются информацией, необходимой для выполнения положений настоящей Конвенции или внутреннего законодательства Договаривающихся Государств, касающегося налогов, на которые распространяется Конвенция, в тех пределах, чтобы налогообложение по этому законодательству не противоречило настоящей Конвенции. Обмен информацией не ограничивается статьей 1. Любая информация, полученная Договаривающимся Государством, считается секретной так же, как и информация, полученная в соответствии с внутренним законодательством этого Государства, и сообщается только лицам или органам (включая суды и административные органы), занятым оценкой или сбором, принудительным взысканием или судебным преследованием в отношении налогов или рассмотрением апелляций, касающихся налогов, на которые распространяется Конвенция. Такие лица или органы используют информацию только для этих целей. Они могут раскрывать эту информацию в ходе открытого судебного заседания или при принятии судебных решений.

2. Ни в каком случае положения пункта 1 не будут толковаться как налагающие на одно Договаривающееся Государство обязательство:

a) проводить административные мероприятия, противоречащие законодательству и административной практике этого или другого Договаривающегося Государства;

b) предоставлять информацию, которую нельзя получить по законодательству или в ходе обычной административной практики этого или другого Договаривающегося Государства;

c) предоставлять информацию, которая раскрывала бы какую-либо торговую, предпринимательскую, промышленную, коммерческую или профессиональную тайну или торговый процесс, или информацию, раскрытие которой противоречило бы государственной политике (*ordre public*).

Статья 27 Сотрудники дипломатических представительств и консульских учреждений

Ничто в настоящей Конвенции не затрагивает налоговых привилегий сотрудников дипломатических представительств или консульских учреждений, предоставленных в соответствии с общими нормами международного права или в соответствии с положениями специальных соглашений.

Статья 28 Вступление в силу

1. Договаривающиеся Государства письменно уведомят друг друга по дипломатическим каналам о выполнении процедуры, требуемой в соответствии с их законодательством для вступления в силу настоящей Конвенции.

2. Настоящая Конвенция вступит в силу в день последнего уведомления, упомянутого в пункте 1, и ее положения будут применяться:

a) в Португалии:

(i) в отношении налогов, удерживаемых у источника, на основе налогооблагающего факта, с 1 января или после 1 января года, следующего за годом вступления настоящей Конвенции в силу;

(ii) в отношении других налогов, к доходу, возникающему в налоговом году, начинающемся 1 января или после 1 января года, следующего за годом вступления настоящей Конвенции в силу.

b) в Российской Федерации:

(i) в отношении налогов, удерживаемых у источника, к суммам, выплаченным или начисленным 1 января или после 1 января календарного года, следующего за годом вступления настоящей Конвенции в силу;

(ii) в отношении других налогов, за налоговые годы, начинающиеся 1 января или после 1 января календарного года, следующего за годом вступления настоящей Конвенции в силу.

Статья 29 Прекращение действия

Настоящая Конвенция остается в силе до тех пор, пока одно из Договаривающихся Государств не прекратит ее действие. Любое Договаривающееся Государство может прекратить действие настоящей Конвенции путем уведомления по дипломатическим каналам о прекращении действия по крайней мере за шесть месяцев до окончания любого календарного года после истечения пяти лет с даты вступления настоящей Конвенции в силу. В таком случае настоящая Конвенция прекращает действовать:

a) в Португалии:

(i) в отношении налогов, удерживаемых у источника, на основе налогооблагающего факта, с 1 января или после 1 января следующего за датой, с

которой заканчивается период, определенный в упомянутом уведомлении о прекращении действия;

(ii) в отношении других налогов, к доходу, возникающему в налоговом году, начинающемся 1 января или после 1 января следующего за датой, с которой заканчивается период, определенный в упомянутом уведомлении о прекращении действия.

b) в Российской Федерации:

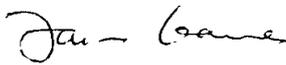
(i) в отношении налогов, удерживаемых у источника, к суммам, выплаченным или начисленным 1 января или после 1 января календарного года, следующего за годом, в котором было передано уведомление о прекращении действия;

(ii) в отношении других налогов, за налоговые годы, начинающиеся 1 января или после 1 января календарного года, следующего за годом, в котором было передано уведомление о прекращении действия.

В удостоверение чего нижеподписавшиеся, должным образом на то уполномоченные, подписали настоящую Конвенцию.

Совершено в двух экземплярах в Москве 29 марта 2000 года, на португальском, русском и английском языках, все тексты имеют одинаковую силу. В случае любого расхождения при толковании будет применяться текст на английском языке.

ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО ПОРТУГАЛЬСКОЙ РЕСПУБЛИКИ



ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ



ПРОТОКОЛ

При подписании Конвенции между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации об избежании двойного налогообложения и предотвращении уклонения от уплаты налогов в отношении налогов на доходы, нижеподписавшиеся согласились о нижеследующем, что является неотъемлемой частью Конвенции:

1. В отношении применения пункта 2 статьи 3, применительно к Португалии, любое определение в соответствии с ее действующим налоговым законодательством будет превалировать над определением, которое дается термину в соответствии с другими ее законами.

2. В отношении применения статьи 6, ничто в настоящей Конвенции не должно препятствовать праву Договаривающегося Государства, в котором находится недвижимое имущество, применять положения этой статьи к доходу от недвижимого имущества, или к доходу, полученному от оказания услуг, связанных с использованием или правом пользования недвижимым имуществом, который в соответствии с налоговым законодательством этого Договаривающегося Государства приравнивается к доходу от недвижимого имущества.

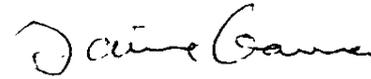
3. Положения статьи 24 не препятствуют применению любого положения налогового законодательства Договаривающегося Государства, касающегося проблем "тонкой" капитализации.

4. Положения статьи 24 понимаются таким образом, что в той мере, в которой это касается вычета понесенных расходов, каждое Договаривающееся Государство может применять свои собственные процедуры, касающиеся бремени представления доказательств.

В удостоверение чего нижеподписавшиеся, должным образом на то уполномоченные, подписали настоящий Протокол.

Совершено в двух экземплярах в Москве 29 марта 2000 года, на португальском, русском и английском языках, все тексты имеют одинаковую силу. В случае любого расхождения при толковании будет применяться текст на английском языке.

ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО ПОРТУГАЛЬСКОЙ РЕСПУБЛИКИ



ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ



CONVENTION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME.

The Government of the Portuguese Republic and the Government of the Russian Federation, desiring to conclude a convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, have agreed as follows:

Article 1

Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income or on elements of income, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are, in particular:

a) In the case of Portugal:

- i) The personal income tax;
- ii) The corporate income tax; and
- iii) The local surtax on corporate income tax;

hereinafter referred to as «Portuguese tax»;

b) In the case of the Russian Federation:

- i) The tax on profits (income) of enterprises and organisations;
- ii) The income tax on individuals;

hereinafter referred to as «Russian tax».

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of this Convention in addition to,

or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the content otherwise requires:

- a) The term «Portugal» means the territory of Portuguese Republic, including its territorial sea as well as its exclusive economic zone and continental shelf, determined accordingly to the United Nations Convention on the Law of the Sea;
- b) The term «the Russian Federation» means the territory of the Russian Federation, including its territorial sea, as well as its exclusive economic zone and continental shelf, determined accordingly to the United Nations Convention on the Law of the Sea;
- c) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or the Russian Federation, as the context requires;
- d) The term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;
- e) The term «company» means anybody corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- f) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- g) The term «international traffic» means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise which is a resident of a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;
- h) The term «competent authority» means:
 - i) In the case of Portugal, the Minister of Finance, the Director General of Taxation or their authorised representative;
 - ii) In the case of the Russian Federation, the Ministry of Finance of the Russian Federation or its authorized representatives;
- i) The term «national» means:
 - i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;
 - ii) Any legal person, partnership, association or other entity deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined

therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management, place of incorporation or any other criterion of a similar nature. This term however does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him, if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interest);
- b) If the State in which he has his centre of vital interest cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident in only of the State of which he is a national;
- d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office;
- d) A factory;
- e) A workshop; and
- f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3 — A building site, a construction, assembly or installation project constitutes a permanent establishment only if it lasts more than 12 months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information for the enterprise;
- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of law respecting landed property apply, any right to use immovable property known as usufruct and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 of this article shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in this article.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establish-

ment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

Profits from shipping and air transport

1 — Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State of which the person deriving such profits is a resident.

2 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

3 — Whenever companies from different countries have agreed to carry on an air transportation business together in the form of a consortium, the provisions of paragraph 1 shall apply to such part of the profits of the consortium as corresponds to the participation held in that consortium by a company that is a resident of a Contracting State.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly, in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or
- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged there in on those profits where that other State considers the adjustment justified. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the dividends.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of these limitations.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, if the beneficial owner is a company that, for an uninterrupted period of two years prior to the payment of the dividend, owns directly at least 25 per cent of the capital of the company paying the dividends, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of such dividends.

4 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident. In the case of Portugal, the term also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits.

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the interest.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State shall be exempt from tax in that State:

- a) If the debtor of such interest is that State, a political or administrative subdivision or a local authority thereof; or
- b) If interest is derived and beneficially owned by other Contracting State, a political or administrative subdivision, or a local authority thereof or any institution specified and agreed to in an exchange of notes between the competent authorities of the Contracting States in connection with any credit granted or guaranteed by them under an agreement between the Governments of the Contracting States.

4 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures, as well as all other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the State in which income arises. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

5 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political or administrative subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt claim for which

it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the royalties.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «royalties», as used in this article, means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films and films or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial, or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

The term «royalties» also includes payments in consideration for technical assistance in connection with the use of or the right to use any copyright, goods or information as referred under this paragraph.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State where the payer is that State itself, a political or administrative subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by that permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, right or

information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains derived by an enterprise of a Contracting State from the alienation of ships or aircraft operated by such enterprise in international traffic or of movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft shall be taxable only in that State.

4 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2 and 3, shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Income from independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State unless he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities. If he has such a fixed base, the income may be taxed in the other State but only so much of it as is attributable to that fixed base.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Income from dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any 12 month period commencing or ending in the fiscal year concerned; and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic by an enterprise of a Contracting State in international traffic, may be taxed in that Contracting State.

Article 16

Director's fees

Director's fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or supervisory board or any similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this article, income mentioned in this article shall be exempt from tax in the Contracting State in which the activity of the entertainer or sportsman is exercised provided that this activity is supported wholly or substantially by either Contracting State, or a political or administrative subdivision or a local authority thereof or the activity is exercised under a sport or cultural agreement between the Contracting States.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1 — *a)* Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State, not being a national of the other Contracting State, who:

- i)* Is a national of that State; or
- ii)* Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — *a)* Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State without being a national of the State from which the pension is derived.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Students and business apprentices

Payments which a student or business apprentice who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 21

Professors, teachers and researchers

1 — A professor, a teacher or a researcher who makes a temporary visit to a Contracting State for the purpose of teaching or conducting research at a university, college, school, research institute or other similar establishment, recognized by the State itself, a political or administrative subdivision or local authority thereof, and who is, or immediately before such visit was, a resident of the other Contracting State, shall be exempt, for a period not exceeding two years, from tax in the first mentioned Contracting State in respect of remuneration for such teaching or research if the income is derived from abroad.

2 — This article shall not apply to income from research if such research is undertaken not in the public interest but primarily for the private benefit of a specific person or persons.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

Article 23

Elimination of double taxation

The double taxation shall be eliminated as follows:

In the Portuguese Republic:

- a)* Where a resident of Portugal derives income which in accordance with the provisions of this Convention may be taxed in the Russian Federation, Portugal shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the income tax paid in the Russian Federation. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in the Russian Federation;
- b)* Where in accordance with any provision of the Convention income derived by a resident of Portugal is exempt from tax in this State, Portugal may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income;

In the Russian Federation:

Where a resident of Russia derives income which in accordance with the provisions of this Convention may be taxed in Portugal, the amount of tax on that income payable in Portugal may be credited against the tax imposed in Russia. The amount of credit, however, shall not exceed the amount of the tax of that income computed in Russia.

Article 24

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in

the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 7 of article 11, or paragraph 6 of article 12 apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

4 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

5 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes which are the subject of this Convention.

Article 25

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within two years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement

any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26

Exchange information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2 — In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (order public).

Article 27

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

Article 28

Entry into force

1 — The Contracting States shall notify each other in writing, through diplomatic channels, the completion of the procedure required by the respective laws for the entry into force of this Convention.

2 — The Convention shall enter into force on the date of the latter of the notification referred to in paragraph 1 and its provisions shall apply:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, when the fact giving rise to them appears on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;

b) In the Russian Federation:

- i) In respect of tax withheld at source, on amounts paid or credited on or after the first day of January in the calendar year following the year in which the Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes for fiscal years beginning on or after the first day of January in the calendar year following the year in which the Convention enters into force.

Article 29

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving notice of termination at least six months before the end of any calendar year following after the period of five years from the date on which the Convention enters into force. In such event the Convention shall cease to have effect:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, when the fact giving rise to them appears on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
- ii) In respect of other taxes, as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;

b) In the Russian Federation:

- i) In respect of tax withheld at source, on amounts paid or credited on or after the first day of January in the calendar year next following that in which the notice of termination has been given;

- ii) In respect of other taxes for fiscal years beginning on or after, the first day of January in the calendar year next following that in which the notice of termination has been given.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate at Moscow the 29th day of May 2000, in the Portuguese, Russian and English languages, all texts being equally authentic. In the case of any divergence of interpretations the English text shall be the operative one.

For the Government of the Portuguese Republic:

For the Government of the Russian Federation:

PROTOCOL

At the time of signing the Convention, between the Governments of the Portuguese Republic and the Russian Federation, for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with Respect to Taxes on Income, the undersigned have agreed upon the following which shall be an integral part of the Convention.

1 — Regarding the application of paragraph 2 of article 3, in the case of Portugal, any meaning under its applicable tax laws will prevail over a meaning given to the term under its other laws.

2 — Regarding the application of article 6, nothing in the Convention shall affect the right of the Contracting State where immovable property is situated to apply the provisions of this article to income from immovable property or to income derived from services connected with the use or the right to use the immovable property which under the tax law of that Contracting State is as simulated to income from immovable property.

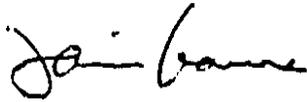
3 — The provisions of article 24 do not preclude the application of any provision of the tax law of the Contracting States dealing with thin capitalisation problems.

4 — The provisions of article 24 shall be construed in the sense that insofar as the deductibility of the incurred disbursements is concerned, each Contracting State may apply its own procedures regarding the burden of proof.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Protocol.

Done in duplicate at Moscow the 29th day of May 2000, in the Portuguese, Russian and English languages, all texts being equally authentic. In the case of any divergence of interpretations the English text shall be the operative one.

For the Government of the Portuguese Republic:



For the Government of the Russian Federation:



Resolução da Assembleia da República n.º 11/2002

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Malta para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 26 de Janeiro de 2001

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Malta para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 26 de Janeiro de 2001, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DE MALTA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Malta, desejando celebrar uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordaram nas disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou

imobiliários e os impostos sobre o montante global dos vencimentos ou salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, nomeadamente:

a) No caso de Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC;
- iii) O imposto adicional municipal sobre o IRC — derrama;

a seguir referidos pela designação de «imposto português»;

b) No caso de Malta:

O imposto sobre o rendimento;

a seguir referido pela designação «imposto de Malta».

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e bem assim as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos soberanos relativamente à prospecção e exploração dos recursos naturais do leito do mar e do subsolo e das águas sobrejacentes;
- b) O termo «Malta» significa a República de Malta e, quando usado em sentido geográfico, compreende a ilha de Malta, a ilha de Gozo e as outras ilhas do arquipélago maltês, incluindo as águas territoriais de Malta e qualquer área fora das águas territoriais de Malta que tenha sido ou venha a ser designada, de acordo com o direito internacional e em conformidade com a legislação de Malta relativamente à plataforma continental, como uma área dentro da qual os direitos de Malta relativamente ao leito do mar e subsolo e respectivos recursos naturais podem ser exercidos;
- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou Malta, consoante resulte do contexto;